



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Resolução nº 11.590

PROCESSO: **250012010-00**

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVES

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2010

RESPONSÁVEIS: BENJAMIN RIBEIRO DE ALMEIDA NETO (PERÍODO DE
01/01 A 30/04)

UBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA (PERÍODO DE 01/05 A 31/12)

RELATOR: CONSELHEIRO CEZAR COLARES

EMENTA: *Prefeitura Municipal de Chaves. Prestação de Contas de Governo. Exercício 2010. Benjamin Ribeiro de Almeida Neto*(período de 01/01 a 30/04). Não Envio da LOA. Descumprimento do Art. 212, da CF/88 (Educação). Descumprimento do Art. 22, da Lei 11.494/2007 (Fundeb). Descumprimento do Art. 77, III, do ADCT (Saúde). **Parecer Prévio Contrário. Multa. Cópia MPE. Ciência ao Poder Legislativo Municipal. Ubiratan de Almeida Barbosa**(período de 01/05 a 31/12/2010). Não prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres. Impossibilidade da verificação do cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais. **Parecer Prévio Contrário. Multas. Cópia MPE. Ciência ao Poder Legislativo Municipal.**

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em:

I – Emitir PARECER PRÉVIO, recomendando à **Câmara Municipal de Chaves**, a **NÃO APROVAÇÃO** das contas de **Governo** da **Prefeitura Municipal**, período de 01/01 a 30/04, exercício financeiro de **2010**, de responsabilidade de **Benjamin Ribeiro de Almeida Neto**, face aos descumprimentos do Art. 212, da CF/88 (Educação), do Art. 22, da Lei 11.494/2007 (Fundeb), e do Art. 77, III, do ADCT (Saúde).



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Resolução nº 11.590

II – Emitir PARECER PRÉVIO, recomendando à **Câmara Municipal de Chaves**, a **NÃO APROVAÇÃO** das contas de **Governo** da **Prefeitura Municipal de Chaves**, período de 01/05 a 31/12, exercício financeiro de **2010**, de responsabilidade de **Ubiratan de Almeida Barbosa**, face a omissão no dever de prestar contas do 2º e 3º quadrimestres e a impossibilidade da verificação do cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais, Art. 212, da CF/88(Educação), Art. 22, da Lei 11.494/2007 (Fundeb), Art. 77, III, do ADCT (Saúde), e Art. 19, III, da LRF (Gasto com Pessoal do Município).

III – MULTAR os ordenadores de despesas, com recolhimento ao **FUMREAP** no prazo de 30(trinta) dias, devendo ser comprovado ao TCM-PA, nos termos do Art. 35, da LC nº 084/2012 c/c Art. 278, § 1º, do RI/TCM/PA:

III.I – Benjamin Ribeiro de Almeida Neto (Período de 01/01 a 30/04)

- **R\$ 8.000,00** (oito mil reais), pelo descumprimentos do Art. 212, da CF/88 (Educação), do Art. 22, da Lei 11.494/2007 (Fundeb), e do Art. 77, III, do ADCT (Saúde), com fundamento no Art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa.

III.II – Ubiratan de Almeida Barbosa (Período de 01/05 a 31/12)

- **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), pela não prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do Art. 120-B, §2º, do RI/TCM/Pa.;

- **R\$ 8.000,00** (oito mil reais), pela impossibilidade da verificação nos cumprimentos dos dispositivos constitucionais e legais.

IV – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade.

V – Dê-se ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de setembro de 2014.

Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Cezar Colares**
Relator

Presentes: Conselheiros Mara Lúcia, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, e a Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS